

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO-INDSH CENTRO INTEGRADO DE INCLUSÃO E REABILITAÇÃO - CIIR

(CNPJ 23.453.830/0017-37)
Demonstrações Financeiras

Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro de 2018 Em Reais (R\$)			Demonstração do Resultado do Período de 08 de Março a 31 de Dezembro de 2018 - Em Reais (R\$)														
Ativo	Nota	2018		Nota	Período de 08/03 a 31/12/2018												
Circulante		9.979.978	Receitas Operacionais	13	19.104.649												
Caixa e equivalentes de caixa	3	7.635.123	Serviços prestados pacientes SUS		26.493.939												
Contas a receber	4	1.611.702	(-) Glosa por implantação		(7.389.290)												
Estoques		447.843	Custos		(8.749.051)												
Adiantamento funcionários		27.432	Pessoal e encargos		(3.593.352)												
Outros créditos		231.254	Serviços de terceiros		(5.070.292)												
Despesas antecipadas		26.624	Materiais e medicamentos		(85.407)												
Não Circulante		650.000	Despesas		(2.992.966)												
Partes relacionadas	7	650.000	Pessoal e encargos		(898.338)												
Imobilizado		4.647.767	Despesas gerais e administrativas	14	(2.074.593)												
Imobilizado - gestão pública	5	4.119.146	Depreciação/amortização		(422.229)												
Intangível - gestão pública	6	528.621	Impostos, taxas e contribuições		(20.035)												
Total do Ativo		15.277.745	Outras receitas e despesas operacionais		422.229												
Passivo	Nota	2018	Financeiras, Líquidas		250.546												
Circulante		1.548.028	Receitas financeiras		265.742												
Fornecedores	8	855.747	Despesas financeiras		(15.196)												
Obrigações trabalhistas	9	341.110	Superávit do Período		7.613.178												
Obrigações sociais	10	105.164	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Período de 08 de Março a 31 de Dezembro de 2018 - Em Reais (R\$)														
Obrigações fiscais		61.066		Superávit acumulado	Total												
Outras contas a pagar		4.698	Início das atividades em 08/03/2018	-	-												
Partes Relacionadas	7	180.243	Superávit do período	7.613.178	7.613.178												
Não Circulante		6.116.539	Em 31 de dezembro de 2018	7.613.178	7.613.178												
Receitas diferidas	11	6.116.539	Demonstração do Fluxo de Caixa do Período de 08 de Março a 31 de Dezembro de 2018 - Em Reais (R\$)														
Patrimônio Líquido	12	7.613.178	Fluxos de caixa das atividades operacionais	Período de 08/03 a 31/12/2018													
Superávit acumulado		7.613.178	Superávit do período	7.613.178													
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		15.277.745	Ajustes para reconciliar o resultado														
			Depreciação/amortizações	422.229													
			Superávit ajustado	8.035.407													
			Variações no circulante das contas de ativo e passivo	5.139.469													
			(Aumento) de outros créditos	(1.870.388)													
			(Aumento) de estoques	(447.843)													
			(Aumento) das despesas antecipadas	(26.624)													
			Aumento de fornecedores	855.747													
			Aumento de obrigações trabalhistas	341.110													
			Aumento de obrigações sociais	105.164													
			Aumento obrigações tributárias	61.066													
			Aumento no caixa e equivalentes de caixa	7.635.123													
			Varição em caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)														
			Saldo existente no início do período	-													
			Saldo existente no final do período	7.635.123													
			Aumento no caixa e equivalentes de caixa	7.635.123													
			Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Período de 08 de Março a 31 de Dezembro de 2018 - Em Reais (R\$)														
<p>1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais: O Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação (CIIR) está localizado em Belém (PA), e faz parte da rede pública do estado, que contempla o CER IV, CEO II e a oficina ortopédica. O complexo presta serviços de assistência médica, odontológica, reabilitação, capacitação, oficinas para produção de próteses, serviços de apoio e diagnósticos. Todo atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita. b) Contrato de Gestão: O contrato de gestão do Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação (CIIR) foi firmado em 22 de novembro de 2017, porém as atividades foram iniciadas em 08 de março de 2018 e o atendimento ao público em 18 de junho de 2018. O Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), realiza a gestão por meio de contrato nº 002/SES-PA/2017, vigente até 21 de novembro de 2022. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th style="text-align: left;">Âmbito</th> <th style="text-align: left;">Legislação</th> <th style="text-align: left;">Publicação</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Federal</td> <td>Decreto Federal nº 50.517/61</td> <td>DOU de 23/12/1970</td> </tr> <tr> <td>Estadual</td> <td>Lei Estadual nº 5.341/1969</td> <td>DOE de 19/11/1969</td> </tr> <tr> <td>Municipal</td> <td>Lei Municipal nº 416</td> <td>DOM de 16/08/1967</td> </tr> </tbody> </table> <p>A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, cuja manutenção foi deferida para o triênio 1º janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020, pela portaria nº 78 de 18.01.2018, pelo Ministério da Saúde. 2. Apresentações das Demonstrações Contábeis e Principais Práticas Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a Lei 12.101/2009 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. As demonstrações contábeis foram aprovadas, pela Administração, em 18 de março de 2019. 2.2. Base de mensuração e apresentação: As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. 2.3. Moeda funcional e de apresentação: Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. 2.4. Principais práticas contábeis: a) Caixa e equivalente de caixa: São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. b) Estoques: São demonstrados ao custo médio de aquisição, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. c) Ativo imobilizado: Os imobilizados de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. d) Ativo intangível: Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, refletem os custos com direitos de uso de software. e) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos</p>						Âmbito	Legislação	Publicação	Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970	Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969	Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967
Âmbito	Legislação	Publicação															
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970															
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969															
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967															
<p>ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. f) Julgamentos e estimativas: A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. Provisões para riscos judiciais: A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. Ajuste para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa: É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. g) Apuração do Superávit/Déficit: O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. h) Reconhecimento de receitas: As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. i) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes: Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de reavaliação e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. j) Ajuste ao valor presente de ativos e passivos: Nas demonstrações contábeis de 2018 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. l) Patrimônio líquido: Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. m) Demonstrações dos fluxos de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.</p>																	
			3. Caixa e Equivalentes de Caixa	2018													
			Caixas	1.000													
			Banco conta movimento	1.160.511													
			Aplicações em CDB	6.473.612													
			Total	7.635.123													
<p>As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e não possuem vencimento predeterminado, podendo ser resgatadas a qual-</p>																	

continua >

quer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço. A Administração entende que o montante de Caixa e equivalentes de Caixa é suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo.

4. Contas Receber: Referem-se a contas a receber de contrato de gestão com Secretaria de Saúde do Estado do Pará, vigente até 21/11/2022.

Contrato de Gestão	Ap.Med e cirurgia 10%	Benf. 10%	Eqptos. de informática 10%	Inst. 10%	Total
Saldos em 31 de dezembro 2018					
Saldo inicial	-	-	-	-	-
Aquisição	122.736	1.211	15.475	27.072	167.494
Depreciação	(3.745)	(24)	(516)	(725)	(5.010)
Saldo final	118.991	1.187	14.959	26.347	161.484

Contrato de Gestão	Direito de uso 20%	Software 20%	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018			
Saldo inicial	-	-	-
Aquisição	66.435	550.718	617.153
Depreciação	(3.513)	(85.019)	(88.532)
Saldo final	62.922	465.699	528.621

7. Partes Relacionadas: O montante a receber de R\$ 650.000, refere-se a contas a receber com hospital relacionado sob a mesma gestão. O saldo a pagar de R\$ 180.243 refere-se a serviços laboratoriais prestados por hospitais relacionados sob a mesma gestão, bem como serviços da gestão.

8. Fornecedores	2018
Materiais e medicamentos	29.293
Serviços	336.445
Serviços médicos	479.719
Diversos	10.290
Total	855.747

9. Obrigações Trabalhistas	2018
Ordenados e salários a pagar	6.612
Provisão férias	309.721
Provisões FGTS s/férias	24.777
Total	341.110

10. Obrigações Sociais	2018
INSS a recolher	27.911
FGTS a recolher	37.025
IRRF s/ folha a recolher	40.228
Contribuição Sindical a recolher	-
Total	105.164

11. Receitas Diferidas: O Hospital recebeu, em 2018, o total de R\$ 6.538.768 como verba para investimento, utilizado no exercício de 2018 o montante de R\$ 5.069.996. O saldo demonstrado no grupo de receita diferida em 31/12/2018, refere-se à entrada recurso para imobilizado com o contrato de gestão no hospital, contabilizando a depreciação mensal dos bens na conta receita diferida no passivo conforme abaixo:

	2018
Imobilizado - contrato de gestão	4.452.843
Intangível - contrato de gestão	617.153
Total investido em ativo	5.069.996
(-) Depreciação/amortização acumulada	(422.229)
Total imobilizado/intangível líquido	4.647.767
(+) Saldo para investimento	1.891.001
Receita diferida	6.538.768

12. Patrimonio Social: O Patrimônio Social é acrescido de excedentes de receitas sobre despesas (superávit), ou deduzidos por insuficiências (déficit), dos resultados obtidos nos congressos, bem como na administração da sede da Entidade.

13. Receitas Operacionais	Período de 08/03 a 31/12/2018
Receitas faturadas	19.104.649
Expectativa contratual de receitas	7.389.290
	26.493.939
(-) Glosa por implantação	(7.389.290)
Total	19.104.649

José Batista Luz Neto - CPF: 623.807.103-68 - Diretor Executivo

Relatório do Auditor Independente
 À Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH - Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação - CIIR - Belém - PA. Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação (CIIR), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de 10 meses findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação (CIIR), em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 10 meses findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. • **Provisão ou baixa para Créditos de liquidação duvidosa:** A estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa e/ou reconhecimento da perda dos recebíveis com

tão com Secretaria de Saúde do Estado do Pará, vigente até 21/11/2022.

Contrato 002/2017 - SESP	2018	Total
	1.611.702	1.611.702

Maqs. e eqptos 10%	Mov. e Utensílios 10%	Mov. Utens Hosp 10%	Veículos 20%	Eqptos Pedag. 10%	Total
-	-	-	-	-	-
2.398.243	1.332.815	87.256	364.831	103.204	4.452.843
(162.167)	(96.813)	(2.543)	(60.035)	(7.129)	(333.697)
2.236.076	1.236.002	84.713	304.796	96.075	4.119.146

14. Despesas Gerais e Administrativas	Período de 08/03 a 31/12/2018
Serviços de gestão	(1.147.180)
Energia elétrica	(331.951)
Aluguel de máquinas	(28.782)
Manutenção e conservação	(26.720)
Viagens e hospedagens	(226.958)
Outros	(313.002)
Total	(2.074.593)

15. Renúncia Fiscal: A Entidade aplica integralmente no país os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. Atendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros,3 em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados e contabilizado, como se devido fosse.

	2018
Cota patronal	601.696
Terceiros	174.491
RAT/SAT	60.169
Total INSS	836.356
COFINS	706.100
Total	1.542.456

16. Cobertura de Seguros: Em 2018, a cobertura de seguros foi determinada e contratada em base técnica que a Administração estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos.

17. Instrumentos Financeiros: A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

	2018
Aplicações financeiras	6.473.612
Contas a receber	1.611.702
Total ativos financeiros	8.085.314
Fornecedores	855.747
Total passivos financeiros	855.747

18. Gestão de Riscos: Risco de liquidez: As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações tais como recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade. Belém - PA, 19 de março de 2019.

Jairo Leite de Lima - Contador - CRC CT PA 012413/O-2

Sobre as Demonstrações Contábeis
 baixa perspectiva de recebimento envolve alto nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa ou baixa de recebíveis envolve a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo os níveis incerteza de recebimento e renegociação com ente público. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria, incluíram, entre outros: (i) Análise das políticas de cobrança, renegociação e discussão junto ao ente público; (ii) entendimento sobre os controles gerenciais em validação aos descontos promovidos pelo ente público, bem como a avaliação do cumprimento de métricas contratuais e (iii) Análise sobre a perspectiva da Administração sobre o recebimento dos valores contratuais. Concluímos pela adequação dos critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação do contas a receber realizável. **Enfases:** Nossa opinião não está ressaltada em função dos seguintes assuntos: i) Conforme descrito na nota explicativa 2.4(C), chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado utilizado nas operações da Entidade, será integralmente revertido ao poder concedente (Estado do Pará), quanto do término do contrato de gestão. Desta forma a Administração da Entidade não adota as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, não procedendo com a revisão da vida útil dos bens que compõem o ativo imobilizado, aplicando as taxas usuais, aceitas fiscalmente, para determinação da depreciação e amortização dos itens imobilizados e intangíveis. ii) A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo os Hospitais sob gestão comum. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas em condições de mercado ou com outras partes. iii) Conforme demonstrado na nota explicativa 14, a Entidade reconheceu na demonstração de resultados, em 2018, a previsão de receitas relativas a expectativa de repasses do contrato gestão. Em contrapartida, registrou a correspondente baixa no montante de R\$ 7.389.290, relativa a glosa de recebimentos, em virtude do processo de implantação operacional. Desta forma chamamos a atenção sobre efeito nulo no contas a receber e superávit do exercício. **Responsabilidades da Administração e da**

continuação **governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: ● Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de au-

ditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. ● Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. ● Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. ● Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional. ● Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 19 de março de 2019.

Planners Auditores Independentes
CRC.SP. Nº. 2SP 14.712/O-2 - CVM 11.398

Valter Piovam - Contador CRC 1SP146651/O-0 - CNAI n.º 1.018

Protocolo: 416958

ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TUCURUÍ
RESUMO

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 001/2019 - CMVT SRP

Câmara Municipal de Vereadores de Tucuruí, conforme a Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações e Lei n.º 10.520/02 torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial 001/2019 - CMVT SRP, Tipo Menor Preço por Item, com abertura para o dia 03/04/2019 às 8:30 hs. Horário Local. Objeto: Contratação de empresa(s) especializada(s) para o eventual fornecimento de materiais permanentes: mobiliários, equipamento de refrigeração, eletroeletrônicos e equipamentos de informática, destinados à Câmara Municipal de Vereadores de Tucuruí através de SRP - Sistema de Registro de Preços. O Edital estará disponível na sede da Câmara Municipal, sito à: Praça Jarbas Passarinho nº 116- Centro- Tucuruí -Pará, sala de Licitações. Tucuruí (PA), 22.03.2019, **Julio Cesar Henrique, Pregoeiro.**

Protocolo: 416943

PORTUENSE FERRAGENS S/A
NIRE nº 15300010781
CNPJ nº 04.912.242/0001-02
Companhia Aberta
AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas, na Sede Social da Companhia, na Tv. Pe Eutíquio nº 1055, bairro de Batista Campos, Belém-Pará, os documentos a que se refere o artigo 133 da lei 6404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Belém - Pará. 20 de março de 2019.

Huascar José Calcuchimac de Alencar Fernández - Presidente do Conselho de Administração

Protocolo: 416927

CÂMARA MUNICIPAL DE BREVES
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 002/2019

O Pregoeiro e a Equipe de Apoio, comunica que no dia 04/04/2019, às 09:00hs (horário local), no prédio da Câmara Municipal, sito à Rua Duque de Caxias, nº 1910, Centro, Breves, Estado do Pará, estará realizando Licitação na Modalidade Pregão Presencial - SRP exclusivo para MEI, ME e EPP para itens com valor até R\$ 80.000,00, para aquisição de materiais de expediente e suprimentos de informática, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Breves. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima, no horário local de 08:00h às 14:00h, podendo ser solicitado através do e-mail: cpicamarabreves@hotmail.com, disponível nos sites: <http://www.tcm.pa.gov.br/>.

MARCO ANTONIO PENA BORGES - Pregoeiro

Protocolo: 416935

REBELO INDUSTRIA COMERCIO E NAVEGAÇÃO LTDA

CNPJ 05.685.961/0001-09, torna público que requereu junto a SEMA Licença de Operação, Proc. 2019/7172, p/ atividade de Instalação portuária dentro ou fora do porto organizado, terminal de uso privado e estação de transbordo para cargas em geral, incluindo perigosas, no Município de Belém/PA.

Protocolo: 416954

RECEBIMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL

A empresa MATADOURO E FRIGORÍFICO AGUA BRANCA EIRELI

Inscrita no CNPJ 24.773.708/0001-43 torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA, através do processo nº 3514/2018, Licença Ambiental Municipal (LICENÇA DE OPERAÇÃO nº 20/2018) com validade de 24/10/2018 até 24/10/2021 para MATADOURO COM FRIGORÍFICO em TOMÉ-AÇU/PA.

Protocolo: 416930

M. PAULINA DE SOUZA & CIA LTDA-ME

CNPJ 03.682.340/0001-38, torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Marituba-Pará, conforme o processo nº 244/2018, a Licença de Operação nº 106/2019 com validade até 18/03/2020, para Comércio varejista de materiais de construção, localizada na passagem Fé em Deus, 98, Marituba, Pará.

Protocolo: 416938

CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. - CELPA
LICENÇA AMBIENTAL
COMUNICADO

A Centrais Elétricas do Pará S.A., torna público que requereu junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA, as Licenças Prévias - LP's, Licenças de Instalação - LI's e Autorizações de Supressão de Vegetação - ASV's, para as Redes de Distribuição de Energia Elétrica - RDR 34,5 kV - 1. Projeto Ramal João do Boi Km 75 (ID. Santarenzinho Geral); e 2. Projeto Ramal João do Boi Km 75 (ID. Santarenzinho Geral), todos localizadas no município de Rurópolis, Estado do Pará.

Protocolo: 416946

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 003/2019

O SESI - DEPARTAMENTO REGIONAL DO PARÁ, através da Comissão Central de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação, conforme abaixo:

OBJETO: Fornecimento de Aplicação para Gestão da Qualidade, compreendendo Gestão de Documentos, Registro e Tratamento de Ocorrências / Não Conformidades, Auditorias, Gestão de Indicadores, Mapeamento de Processos e Gestão de Riscos. Também a prestação de serviços para Implantação, Manutenção e Suporte Técnico, conforme Edital e seu anexo I.
ABERTURA: 10 de abril de 2019.

LOCAL DA ABERTURA: Tv. Quintino Bocaiuva nº 1588/bairro de Nazaré/Belém do Pará.

HORÁRIO DA ABERTURA: 10:00 Horas (Horário Local).

O edital poderá ser retirado no endereço abaixo citado, em horário comercial e ainda

Solicitado pelo e-mail: licitacao@sesipa.org.br e no site da FIEPA - <http://fiepa.org.br/>

Belém (PA), 22 de Março de 2019.

NEILTON CARNEIRO DO NASCIMENTO

Coordenador / Pregoeiro.

Comissão Central de Licitação do Sistema FIEPA

Protocolo: 416939

CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. - CELPA
LICENÇA AMBIENTAL
COMUNICADO

A Centrais Elétricas do Pará S.A., torna público que requereu junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA, a Licença Prévia - LP, Licença de Instalação - LI e Autorização de Supressão de Vegetação - ASV, para a Rede de Distribuição de Energia Elétrica - RDR 34,5 kV - 1. Ramal da Comunidade Marco Grande; 2. Ramal do São Benedito; 3. Vicinal Novo Progresso; e 4. Ramal da Vila Goiana, todas localizadas no município de Mojuí dos Campos, Estado do Pará.

Protocolo: 416947

M L DA SILVA LIMA ALMEIDA

Torna público que recebeu da SEMAT/BELTERRA, a Licença Prévia - LP nº 001/2019, válida até 21/02/2020 e a Licença de Instalação - LI nº 001/2019, válida até 21/02/2021, para atividade de Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores em Belterra/PA.

Protocolo: 416955

TRAMONTINA NORTE S/A CNPJ: 14.098.057/0001-80 NIRE 15300018382 **Sociedade Anônima de Capital Fechado. Relatório da Diretoria.**
Srs. Acionistas: Cumprindo disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial, Demonstrativos do Resultado do Exercício, Das Mutações do Patrimônio Líquido, Dos Resultados Abrangentes, Do Fluxo de Caixa e as Notas Explicativas, encerrados em 31/12/2018. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. Belém(Pa), 08 de março de 2019. **A DIRETORIA.**

BALANÇO PATRIMONIAL EM (R\$)			DEMONSTRAÇÃO RESULTADO DO EXERCÍCIO (R\$)		
	2018	2017		2018	2017
Ativo	52.729.704,58	51.121.372,26	REC. BRUTA DE VENDAS E SERV.	114.313.404,66	107.811.167,59
Circulante	44.425.267,75	42.032.572,75	Receitas de vendas e serviços	114.313.404,66	107.811.167,59
Disponibilidades	3.486.395,62	2.596.872,36	DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(22.606.037,55)	(21.703.917,10)
Bancos disponível	1.645.739,82	633.949,41	RECEITA LÍQUIDA	91.707.367,11	86.107.250,49
Bancos investimentos	1.840.655,80	1.962.922,95	Custo das mercadorias vendidas	(63.097.629,55)	(60.669.617,20)
Créditos	22.544.333,65	23.707.053,52	LUCRO BRUTO	28.609.737,56	25.437.633,29
Clientes	21.539.738,76	22.093.502,92	DESPESAS OPERACIONAIS	(26.447.502,97)	(23.977.950,61)
Impostos a recuperar	891.984,00	1.514.294,30	Despesas com vendas	(15.162.081,50)	(14.702.400,35)
Adiantamentos diversos	112.610,89	99.256,30	Despesas administrativas e gerais	(8.877.770,71)	(7.525.878,73)
Estoques	18.394.538,48	15.728.646,87	Outras despesas	(2.496.379,22)	(2.166.995,54)
Não circulante	8.304.436,83	9.088.799,51	Outras receitas	88.728,46	417.324,01
Realizável a longo prazo			RESULTADO ANTES DAS REC. E		
Imobilizado	8.130.800,25	8.937.871,38	DESPESAS FINANCEIRAS	2.162.234,59	1.459.682,68
Intangível	173.636,58	150.928,13	Despesas financeiras	(799.270,05)	(1.087.090,78)
			Receitas financeiras	796.801,39	648.477,12
Passivo	52.729.704,58	51.121.372,26	RESULTADOS ANTES DOS		
Circulante	20.616.626,40	19.328.158,42	TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	2.159.765,93	1.021.069,02
Fornecedores	19.126.092,39	18.274.334,13	Imposto de renda e contrib. social	(803.408,11)	(417.851,02)
Obrigações a pagar	1.113.826,73	856.649,96	RES. LÍQ. DO PERÍODO	1.356.357,82	603.218,00
Credores diversos	376.707,28	197.174,33			
Não Circulante	6.766.272,07	7.802.765,55	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO EM (R\$)	2018	2017
Financiamentos e empréstimos	6.766.272,07	7.802.765,55	LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA		
Patrimônio líquido	25.346.806,11	23.990.448,29	E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	2.159.765,93	1.021.069,02
Capital social	16.500.000,00	16.500.000,00	Fluxos de Caixa das Atividades		
Capital integralizado	16.500.000,00	16.500.000,00	Operacionais		
Reservas de lucros	8.846.806,11	7.490.448,29	Ajustes por:		
Reserva legal	491.537,15	423.719,26	Depreciação do exercício	1.189.283,93	1.161.046,26
Reservas para aumento de capital	7.066.729,03	6.493.671,93	Amortização do exercício	54.780,86	34.698,97
Sld. a disposição da assembleia	1.288.539,93	573.057,10	Resultado na		
			alienação/baixa de ativos		
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES (R\$)	2018	2017	imobilizados	-	(61.126,50)
Lucro líquido do exercício	1.356.357,82	603.218,00	Variáveis nos ativos e passivos		
Resultado abrangente total	1.356.357,82	603.218,00	(Aumento/Redução) em contas a receber	553.764,16	(3.115.016,06)
			(Aumento/Redução) nos estoques	(2.665.891,61)	(1.631.542,30)
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis			(Aumento/Redução) em outras contas		
Nota 1 - Atividades Operacionais: A atividade da empresa é comércio, importação e exportação de utensílios domésticos, ferramentas, materiais elétricos, e móveis em geral e Assessoria de Marketing. Nota 2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância das disposições contidas na Lei 6.404/76, com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como com as modificações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e Lei nº 11.941/2009. Nota 3 - Principais Práticas Contábeis: a) As presentes Demonstrações Contábeis compreendem o período de atividade iniciado em 01 de janeiro e encerrado em 31 de dezembro de 2018. b) Estoques: no exercício social encerrado em 31/12/2018 os estoques que se constituem em mercadorias para revenda, foram avaliados pelo custo médio de aquisição, e não superam valor de mercado. c) Contas do Ativo Imobilizado: as depreciações sobre o imobilizado foram calculadas pelo método linear, às taxas adequadas dos bens, respeitados os limites fiscais. d) Intangível: o valor registrado neste grupo refere-se a Softwares contabilizados pelo valor de aquisição. e) O Imposto de Renda e a Contribuição Social foram apurados pelo critério de lucro real anual, com utilização durante os doze meses do exercício social do balanço de suspensão ou redução, nos moldes da Lei 9.430/96 e IN SRF 93/97. Nota 4 - Capital Social: O capital social está representado por 16.500.000 de ações ordinárias nominativas no valor de R\$ 1,00, cada uma, e pertencentes inteiramente a acionistas residentes no País. Belém, PA, 31/12/2018.			a receber	608.955,71	(455.680,36)
			(Aumento/Redução) em fornecedores	851.758,26	5.375.605,57
			(Aumento/Redução) em contas a pagar	425.194,57	(116.782,65)
			I.R. e contrib. social pagos e diferidos	(791.892,96)	(345.297,70)
			CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.385.718,85	1.866.974,25
			Fluxos de Cx. das Ativ. de Investimento		
			Aquisição de ativo imobilizado	(382.212,80)	(345.091,96)
			Aquisição de ativo intangível	(77.489,31)	(95.141,76)
			CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(459.702,11)	(440.233,72)
			Fluxos de caixa das Atividades de Financiamentos		
			Pagamentos de empréstimos	-	(73.103,21)
			Mútuos tomados com partes relacionadas	(1.036.493,48)	(131.189,56)
			CX. LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIV. DE FINANCIAMENTO	(1.036.493,48)	(204.292,77)
			AUMENTO/REDUÇÃO NO CAIXA E EQUIV. DE CX. NO EXERCÍCIO	889.523,26	1.222.447,76
			Cx. e Equiv. de Cx. no início do Exerc.	2.596.872,36	1.374.424,60
			Cx. e Equiv. de Cx. ao Fim do Exerc.	3.486.395,62	2.596.872,36
			Variação das disponibilidades	889.523,26	1.222.447,76
			DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRÍÔNIO LÍQUIDO EM (R\$)	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017	
			Reservas de Lucros		
			Capital social		
			Reserva legal		
			Reserva para aum. do capital		
			Res. de lucros à disposição		
			Lucros (prej.) acumulados		
			Total		
Saldos em 31/12/2016	16.500.000,00	393.558,36	5.678.197,54	815.474,39	23.387.230,29
Lucro do exercício					603.218,00
Transferência entre reservas			815.474,39	(815.474,39)	-
Destinações:					
Reserva legal		30.160,90			(30.160,90)
Saldo a disposição da assembleia				573.057,10	(573.057,10)
Saldos em 31/12/2017	16.500.000,00	423.719,26	6.493.671,93	573.057,10	23.990.448,29
Lucro do exercício					1.356.357,82
Transferências entre reservas			573.057,10	(573.057,10)	-
Destinações:					
Reserva legal		67.817,89			(67.817,89)
Saldo a disposição da assembleia				1.288.539,93	(1.288.539,93)
Saldos em 31/12/2018	16.500.000,00	491.537,15	7.066.729,03	1.288.539,93	25.346.806,11
			Conselho de Administração:		
			Clovis Tramontina - Presidente, Joselito Gusso - Vice - Presidente.,		
			Ildo Paludo, Inácio Chies, Eduardo Scmazzon.		
			Diretoria Executiva: Antonio Pagliari, César Umberto Vieceli Contadora: Suellem Regina da Silva Lima (CRC/PA nº 016110/O-2).		

Protocolo: 416963



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas - ICP-Brasil, instituída através de medida provisória nº 2.200-2. Autoridade Certificadora emissora: AC Imprensa Oficial SP. A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.ioepa.com.br, sexta-feira, 22 de março de 2019 às 07:34:23.